

320

190

415

16

CIDADES

# Projeto previa complexo turístico em área carajá

Começam reações à iniciativa dos índios de retomar lotes da reserva, hoje ocupados por particulares. Comerciante chegou a arrancar placa afixada pela Funai

**MARÍLIA ASSUNÇÃO**  
De Aruanã

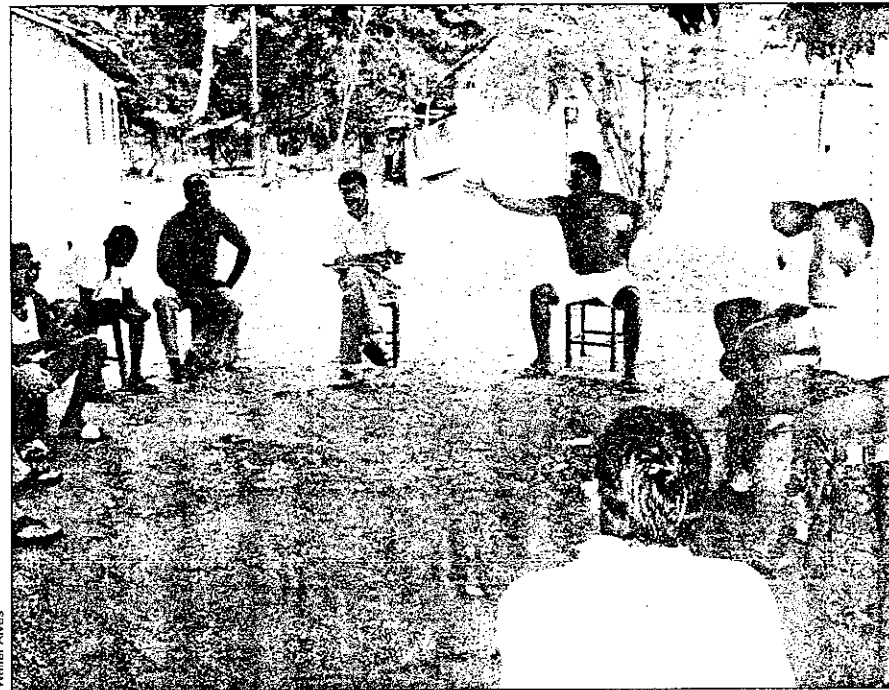
A retomada dos 18 lotes da reserva Carajá, hoje ocupados por particulares, promete ser uma longa disputa. Um sinal claro disso foi demonstrado ontem de manhã, quando foi arrancada uma das cinco placas afixadas no domingo pela Funai de Brasília. Os ca-

rajás pretendem ocupar de imediato pelo menos quatro dos lotes que estão vagos na avenida que margeia o Rio Araguaia em Aruanã. A área total da reserva tem 11 hectares e onde foram erguidas algumas das casas ficava o cemitério da tribo, um lugar sagrado para os carajás.

O comerciante Washington Machado Araújo não pensou duas vezes e deitou abaixo, assim que viu, a placa do Ministério da Justiça interditando as terras indígenas. "Não recebi nenhuma notificação", justificou. Assim que tomou conhecimento do fato, a equipe do Departamento de Assuntos Fundiários, deslocada de Brasília para acom-

panhar e respaldar a ocupação, notificou o comerciante e recolocou a placa. Proprietário da Guarda-Barcos Empreendimentos, ele ainda argumentou, em vão, que os dois lotes cercados pela firma têm registro em cartório. Quando ficou sabendo que é intenção dos carajás erguer sete cabanas na área que abrange os lotes, ele disse que não vai aceitar. "O Departamento Jurídico vai ser acionado", declarou.

**Difícil convivência-** Ele também se assustou quando ficou sabendo que a cerca que limita a área será afastada pela Funai. O comerciante exibiu fotos da maquete do que no futuro seria um complexo turístico paralelo ao guarda-barcos. "Um hotel quatro estrelas vai ser erguido aqui ao lado, onde puseram a placa", disse, reforçando que "muita água vai rolar" até a demarcação da reserva e indenização às benfeitorias dos particulares ocupantes. A demarcação, conforme previsão do próprio Ministro da Justiça Nelson Jobim, durante os Jogos dos Povos Indígenas em Goiânia, só deve ser concluída em 99.



Índios carajás discutem a ocupação dos lotes da reserva em Aruanã com representantes da Funai

## Recursos para construir cabanas

Apesar das reações à retomada da área pelos índios já terem começado, está prevista a liberação nos próximos dias da verba para a construção de sete cabanas nos locais onde a Funai fixou as placas. Pelo menos 7 mil reais se-

irão solicitados nos recursos de suprimento dos órgãos para atender os carajás. A tribo decidiu pela ocupação durante os jogos, para resolver o problema da falta de espaço. Boa parte dos 69 indígenas de Aruanã vive em 12 cabanas muito próximas uma das outras, contrariando o costume deles. Além

da área exígua, os carajás se queixam de que são tratados como se fossem eles os estranhos no local.

Ainda ontem o chefe do Departamento de Assuntos Fundiários da Funai, Aureo Araújo Faleiros, pretendia pedir a averbação dos quatro lotes no cartório

de imóveis do município. A medida é para impedir qualquer negociação de compra e venda dos imóveis, de fato pertencentes à União. Todo o problema referente à área surgiu porque no passado a própria Funai negociou com par-

**Funai pretende pedir a averbação de quatro lotes no cartório imobiliário de Aruanã para impedir negociação dos imóveis, que pertencem à União**

ticulares grande parte dos 11 hectares das terras indígenas no núcleo urbano da Cidade. Além da reserva, a tribo tem outras duas áreas para pesca, caça e agricultura. **Mais notificações** - Aureo pretendia também notificar a Prefeitura de Aruanã sobre o processo de retomada da reserva pa-

ra facilitar o esclarecimento da população. Muitos curiosos observaram atentamente as cinco placas fixadas no domingo nos lotes vazios. A área fica no ponto mais valorizado da cidade porque dá fácil acesso portuário ao Araguaia.

O secretário de finanças e tu-

risimo de Aruanã, Domingos José Soares, informou que a Prefeitura não possui nenhum prédio dentro da reserva carajá. "Nem a escola, que é do Estado", disse. Ele frisou ainda que os particulares no território indígena são considerados em situação regular, porque possuem documentos do cartório, e garantiu ainda que pelo menos 70% estão em dia com o IPTU. Apesar disso, entretanto, ele disse ser de opinião favorável à decisão dos carajás de retomarem toda a área da reserva.

Sobre uma antiga reivindicação da tribo à Prefeitura, referente à construção de muros de contenção nas margens do Araguaia dentro da reserva, que estão desbarrancando, ele disse que o próximo prefeito da cidade vai receber recursos já aprovados pelo Governo do Estado. Segundo ele, a verba foi solicitada junto à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e só falta ser liberada.